

Arnaldo Sussekind: um Construtor do Direito do Trabalho no Brasil

Ângela de Castro Gomes¹

1- O projeto História do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil

O livro - *Arnaldo Sussekind: um Construtor do Direito do Trabalho* – é o primeiro resultado de um projeto, que reúne três pesquisadoras, duas da UFRJ e uma do CPDOC/FGV. O projeto, intitulado “História do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil” tem como objetivo principal iniciar a constituição de um acervo de entrevistas que registre os principais eventos e polêmicas vinculados à concepção, implementação e funcionamento inicial da Justiça do Trabalho no Brasil. Sua grande e fundamental especificidade está em recuperar esta história, priorizando a produção de fontes orais, uma vez que a pesquisa propõe, como estratégia para o conhecimento da história da Justiça do Trabalho, o acompanhamento da trajetória de vida dos próprios integrantes dessa história.

A constituição de um acervo documental de fontes orais, por suas características, atenderá a estudiosos e pesquisadores de vários tipos, tanto os interessados no campo do Direito- sejam jovens profissionais ou não-, quanto os interessados em diversas outras áreas de conhecimento. A produção de um material rico e único, como este, resultará em referência obrigatória para pesquisas sobre a Justiça do Trabalho no Brasil, alimentando teses, dissertações, livros, artigos e outros textos relevantes.

Nos últimos 20 anos, desde o surgimento do “novo sindicalismo”, passando pela Constituição de 1988 e percorrendo praticamente toda a década de 1990, a Justiça do Trabalho no Brasil tem sido motivo de polêmica e debate por parte de diferentes setores da sociedade civil e do governo. A questão da manutenção ou não do poder normativo, a morosidade no tratamento dos processos, os obstáculos que sua existência coloca à livre negociação entre empregados e empregadores têm sido, com maior ou menor ênfase, os

¹Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense - UFF - Pesquisadora do CPDOC CPDOC/FGV/RJ

pontos em torno dos quais as críticas têm sido formuladas.

Numa outra perspectiva, tem sido apontado o papel relevante que, para a população em geral, a Justiça do Trabalho desempenhou historicamente no país na constituição do que se pode chamar uma “cultura de direitos”, que se fundamenta no conhecimento e reivindicação dos direitos trabalhistas consagrados na CLT.

É impossível, portanto, compreender as múltiplas idas e vindas, as tendências contraditórias que têm marcado as tentativas de reforma das relações de trabalho no Brasil sem levar em conta a história das relações trabalhistas entre nós, especialmente a existência de uma “herança corporativista”, isto é, da recorrência de um padrão consolidado dessas relações, culturalmente enraizado e resistente à mudança. Esse padrão gerou atitudes de grande dependência do Estado por parte não só dos trabalhadores, mas também de empresários, difíceis de serem abolidas de uma hora para outra. É com essa perspectiva que a presente pesquisa se propõe a analisar a Justiça do Trabalho, encarando-a como um espaço normativo de referência para a manutenção ou reconstrução do modelo de relações de trabalho no Brasil. Pretende-se, nesse sentido, contribuir para a recuperação da história da instituição, sem perder de vista o debate sobre sua relevância social no passado, no presente e no futuro.

Este projeto, que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2001, estruturou-se em duas etapas. Numa primeira etapa, que recebeu o apoio da Faperj, a pesquisa se concentrou no registro de experiências e testemunhos fundamentais para uma história *vivida* dentro da Justiça do Trabalho, recuperando seus momentos iniciais, pelo relato de personalidades que tiveram e continuam tendo uma atuação inequivocamente destacada nesta área. No caso, foram selecionados apenas dois depoentes que, por sua relevância, mereceriam um trabalho muito cuidadoso, qual seja, a produção de duas longas entrevistas de história de vida. Os depoentes selecionados foram o Dr. Arnaldo Sússekind e o Dr. Evaristo de Moraes Filho, ambos octogenários e figuras insígnies de uma história do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil.

A importância da realização desses dois depoimentos se justifica de formas diversas e indiscutíveis. Em primeiro lugar, pela própria significação de uma atividade de geração de fontes, que se constituem em documentos históricos de valor permanente. Em segundo

lugar, pelo fato de serem fontes orais, ainda pouco exploradas e com a capacidade de permitir o registro das vivências de expoentes do Poder Judiciário, vivências essas que, por suas especificidades, não figuram em compêndios ou outros registros escritos. No momento, além da publicação do livro de Arnaldo Süssekind, ocorrida em abril de 2004, também estamos em fase de encerramento da edição da entrevista de Evaristo de Moraes.

Na segunda e atual fase do projeto, iniciada em de 2004, e que ocupará ainda os anos de 2005 e 2006, o uso da metodologia de História Oral será mantido, trabalhando-se com um conjunto de depoentes que integra a primeira instância da Justiça do Trabalho, os Tribunais do Trabalho (Regionais e TST), o Ministério Público do Trabalho, bem como advogados trabalhistas. O principal objetivo dessa Segunda fase, além de dar continuidade à montagem do acervo documental, é permitir um balanço da experiência (limitações e possibilidades) da Justiça do Trabalho no Brasil, a partir da ótica de seus integrantes, em momento histórico em que se pretende uma reforma da Consolidação das Leis do Trabalho.

2- Arnaldo Süssekind: um construtor do Direito do Trabalho

Este livro resultou em parte de um desejo e em parte de um longo e sistemático trabalho. O desejo era o de realizar uma pesquisa que registrasse um pouco da história do Direito do Trabalho no Brasil. Por essa razão, a pesquisa deveria não só se ocupar em produzir resultados materializados em livros e artigos, como igualmente gerar fontes históricas que pudessem ser matéria prima para novos projetos, de outros pesquisadores, com outros e diferenciados objetivos.

Envolvidas diretamente no projeto, como mencionei estavam três professoras universitárias, duas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Regina Morel e Elina Pessanha, e uma da Universidade Federal Fluminense, Angela de Castro Gomes. Portanto, tratava-se de aliar esforços que tinham lastro em núcleos de pesquisa já consolidados e reconhecidos, e que se aproximavam pela metodologia que utilizavam e pelo interesse em certa temática de investigação. Ou seja, a da história social do trabalho no Brasil, reunindo preocupações da sociologia, da história, da ciência política e mesmo do direito.

A opção do projeto foi a de abordar o grande tema do direito e da cidadania, através da constituição dos direitos sociais na área do trabalho. Mas a estratégia escolhida não foi a

de trabalhar diretamente com o corpo legislativo, nem a de analisar a dinâmica de criação e atuação das primeiras instituições no campo do Direito do Trabalho, o que também seria interessante e válido. Como a pesquisa se interessava particularmente em produzir fontes que pudessem dar início a um acervo sobre a história do Direito do Trabalho, a escolha das pesquisadoras recaiu na realização de algumas grandes entrevistas de história de vida, utilizando a metodologia da História Oral. Tal forma de tratamento não só permitiria a geração de fontes históricas valiosas para usos futuros, como poderia ser a base de um texto que, registrando a memória de atores fundamentais dessa história, poderia ser lido com grande facilidade, proveito e prazer por leitores variados e, inclusive, não especializados.

Essa é uma das inúmeras virtudes do uso da metodologia da História Oral. Seu produto, uma fala que se transforma em texto, de autoria do entrevistado sob estímulo das questões dos entrevistadores, tem curso fluído, sendo efetivamente um diálogo, marcado pela coloquialidade, pelas explicações simples, e também pelas surpresas agradáveis e até inusitadas, sem qualquer prejuízo de conteúdo e densidade, muito ao contrário.

Sendo assim, as professoras escolheram como um de seus entrevistados o Dr. Arnaldo Süssekind, autêntico representante e símbolo da história das leis do trabalho no Brasil. Pode-se dizer que particularmente a partir do momento em que Dr. Arnaldo, como passamos a chamá-lo, concordou em nos conceder a entrevista, o desejo começou a se transformar em realidade e o trabalho sistemático, ao mesmo tempo árduo e prazeroso, teve início. Isso porque só para os muito desavisados o trabalho com História Oral pode parecer fácil.

Uma boa entrevista exige muito estudo e tempo para preparação de roteiros minuciosos, que devem ser continuamente reformulados, em função do transcorrer da entrevista. Essa é a primeira etapa do trabalho que, se demanda esforço e preparação dos entrevistadores, também faz o mesmo com o entrevistado, que dá partida a um “trabalho de memória” que mobiliza informações e, principalmente, emoções. Recordar é viver, diz, com razão o adágio popular. Recordar é, na verdade, reviver o passado sob a ótica do presente. Recordar é uma ação realizada no presente, onde se reconstrói o passado já vivido, com o conhecimento do que se passou, do que se experimentou individual e coletivamente.

Dr. Arnaldo Süssekind foi um entrevistado fora de série, e esse elogio não é conversa fiada, embora seja conversa de agradecimento sincero. Entrevistar Dr. Arnaldo foi tarefa fácil, graças à sua memória prodigiosa, ao seu estilo direto e objetivo. Integrando uma geração que “inventou” o Brasil moderno, ele colaborou na construção e na implantação não só das principais instituições que passaram a regular as relações de trabalho no pós-30, como na montagem do projeto político e ideológico que viria a identificar uma Era - a de Vargas – ainda hoje referência histórica de expansão, embora limitada, da cidadania dos trabalhadores brasileiros

Dr. Arnaldo foi testemunha privilegiada dos principais fatos relacionados à formação e consolidação dos direitos trabalhistas em nosso país. Viu nascer boa parte das leis sociais do Brasil republicano, foi aluno de um dos primeiros cursos de Direito do Trabalho em nossas universidades, trabalhou nas incipientes Juntas de Conciliação, fez parte do primeiro grupo de procuradores da jovem Justiça do Trabalho implantada por Vargas em 1941. Como membro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e à disposição do ministro Alexandre Marcondes Filho, foi um dos membros da equipe que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, anunciada em 1943. Em 2003, sessenta anos depois desse fato e quando se fala, mais uma vez, na reforma da CLT, ele é o único membro vivo desse grupo de fundadores das leis trabalhistas do país.

Além disso, foi Diretor do Serviço de Recreação Operária do mesmo Ministério durante anos, e esteve ligado a inúmeras iniciativas culturais nesse campo, mesmo após a queda de Vargas em 1945, e até o fim do governo Dutra. Voltando a atuar como Procurador durante o segundo governo Vargas, chegou à Procuradoria Geral do Trabalho em 1961, por nomeação de Jânio Quadros. No governo Juscelino Kubistchek foi diretor de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho. Escolhido Ministro do Trabalho e Previdência Social do governo Castelo Branco, ocupou depois os cargos de Ministro e de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, onde se aposentou. Autor de inúmeras obras na área do Direito do Trabalho, teve papel destacado na representação do Brasil em congressos, conferências e organismos internacionais da área, atuando durante anos na Organização Internacional Trabalho, inclusive como perito e membro do seu Conselho de Administração. Hoje, mantém um escritório de consultoria e é consultor jurídico trabalhista da Companhia Vale do Rio Doce.

Por esse brevíssimo e aqui desnecessário elenco de postos e atuações, pode-se imaginar que a entrevista com Dr. Arnaldo demandou tempo, principalmente dele mesmo que, gentilmente, interrompia sua rotina para nos atender. As entrevistas foram realizadas em sua residência, no Leblon, Rio de Janeiro, entre os meses de maio e julho de 2001. Elas compreenderam nove sessões de cerca de três horas cada uma, perfazendo um total de mais de trinta horas de gravação. Contudo, em dezembro de 2002, esse conjunto foi acrescido de um depoimento complementar de mais três horas, encerrando-se aí o trabalho de gravação, que buscou recuperar a história de vida do depoente em suas diversas dimensões, pessoal, profissional, de âmbito público e político - tanto no Brasil, quanto no exterior -, numa linha de trabalho que explorou as possibilidades oferecidas pelas técnicas de história oral, mas que se beneficiou igualmente da referência constante aos documentos e às fotos cuidadosamente colecionados e organizados pelo entrevistado no decorrer de décadas.

Mas o trabalho com a metodologia está longe de se encerrar quando o gravador é desligado. Então têm início as fases de transcrição da entrevista, de conferência de fidelidade dessa transcrição e de um primeiro copidesque. Só aí o material é encaminhado ao editor, nesse caso ao colaborador Marcos Aarão Reis. Ele discutiu conosco um projeto de edição e nos permitiu acompanhar seu trabalho, complementado pelo de Angela de Castro Gomes, na incorporação do último depoimento. Editado o texto, ele deve ser enriquecido com notas explicativas, que possam contextualizar o leitor, potencializando o valor do texto.

Com texto e notas prontas, todo o material foi submetido a várias leituras de Dr. Arnaldo que, com um esmero difícil de se imaginar, verificou nome, datas, informações e interpretações. É preciso confessar que esse trabalho, que parece às vezes o do tapete de Penélope, cansa, por um lado, mas descansa, por outro. Podemos dizer que o que o leitor vai ler foi cuidadosamente produzido e verificado por Dr. Arnaldo Sússekind, o que é um imenso prazer e tranquilidade para as pesquisadoras.

Mas não satisfeitas com toda a generosidade já recebida de Dr. Arnaldo, voltamos à sua casa para, com ele, selecionar as imagens que acompanham o texto da entrevista e os documentos que compõem o anexo do livro. Para nós, esse era um material indispensável à composição final do livro, pois o tornaria mais atraente, pela beleza e pela divulgação de documentação escrita inédita. Além disso, essa documentação interage com a entrevista,

complementando-a, enriquecendo-a etc. Mais uma vez, Dr. Arnaldo nos compreendeu e nos ofereceu sua atenção e hospitalidade, mesmo quando atravessava dificuldades de saúde.

Portanto, o que o leitor tem em mão é um livro que reúne um conjunto documental que vem de suportes diferentes e complementares: a fonte oral, que é a entrevista; a fonte escrita, que está nos anexos; e a fonte visual, que se apresenta nas fotos que dialogam com o texto, mas que podem ser acompanhadas de per si. Todo esse longo trabalho, encerrou-se no ano de 2003. Um ano muito especial para Dr. Arnaldo que, apoiado nas experiências intensas vividas, sob diferentes conjunturas políticas, e como profundo conhecedor da área, participa, a convite do governo Lula, da tentativa de reforma trabalhista e revisão da CLT que ajudou a produzir e que acaba de completar 60 anos. Fiel ao que considera o arcabouço mínimo e fundamental dos direitos do trabalho no Brasil, que sempre se orgulhou de defender, o construtor aposta na reconstrução.

Esse livro se concluiu, por conseguinte, em momento histórico ímpar, para a história do país e para a história de vida de Dr. Arnaldo Süssekind. Mas o desejo, o projeto e o trabalho das professoras continua com a nova fase do projeto. Elas apostam que poderão contribuir de forma relevante para a história do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil.